

# Índígenas levam reivindicações a Durban

*A principal delas é o reconhecimento como povo que tem história, idioma e cultura próprias*

JOSÉ MARIA MAYRINK  
Enviado especial

**D**URBAN – Os índios querem ser reconhecidos como povos que têm história, língua e cultura próprias e não como simples remanescentes de uma civilização do passado, que os brancos consideram em extinção. Esta é a principal de uma série de reivindicações que eles apresentarão à Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, onde representantes indígenas das três Américas estão discutindo seu futuro.

“Temos de ser encarados como povos indígenas, porque esta é a nossa identificação”, disse Azelene Kaingang, do Conselho de Articulação dos Povos e

Organizações Indígenas do Brasil, membro da delegação brasileira enviada à conferência. Com isso, os índios exigem serem respeitados como pessoas, com os mesmos direitos dos demais cidadãos, embora sendo diferentes e vivendo à sua maneira.

Além de Azelene, que viajou a convite do governo em missão oficial, mais seis índios acompanham os debates da reunião promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) na África do Sul. De-

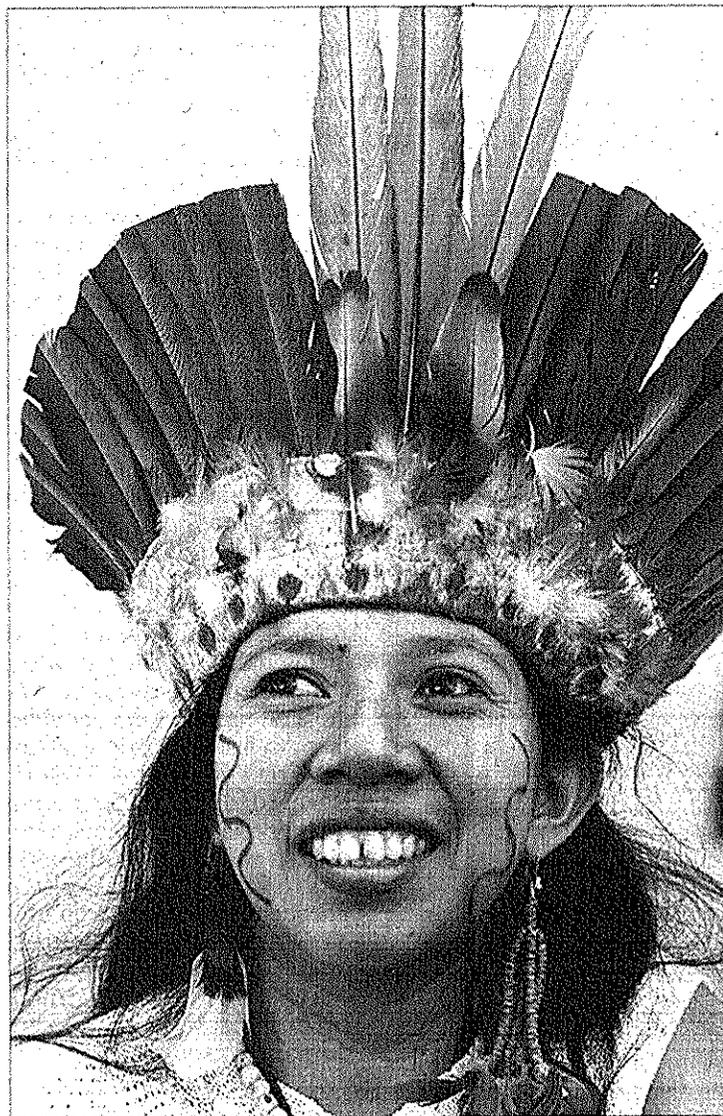
sarticulados no início, aos poucos eles vão tomando contato com delegados de outros países, na certeza de que será possível somar forças na luta por objetivos comuns. A programação paralela das ONGs, que se antecipou à pauta da conferência, facilitou os contatos.

“Temos os mesmos problemas e as mesmas reivindicações”, disse a macuxi Irani Barbosa dos Santos Miziaba, da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima. Desfilando de cocar, brincos e colar de penas coloridas entre os pavilhões do Centro Internacional de Convenções, ao lado de dois índios baianos – o pataxó Joel Braz dos Santos (ou Xarru Ingorá Mirim) e o hã-hã-hã Agnaldo Pataxó –, ela literalmente parou o trânsito.

Delegados de outras partes do mundo, alguns deles vestidos com vistosos trajes típicos de suas regiões, pediam licença para fotografar e filmar a brasileira,

como se ela fosse uma figura estranha no meio da multidão. “Na minha aldeia eu ando nua e ninguém repara”, disse Irani, apontando a curiosidade dos estrangeiros como um exemplo de discriminação. “Os índios estão aqui para mostrar que estão vivos”, acrescentou a macuxi, sorrindo para uma jornalista oriental de vestido longo e turbante.

**Terras** – Irani e seus parentes pataxós advertem que os índios não devem lutar apenas



A macuxi Irani, em Durban: “Vimos mostrar que estamos vivos”

pela terra, mas “pela terra produtiva, que tenha mata, caça, água e peixe”, porque disso depende a sua sobrevivência. “A terra é a nossa mãe, não é só um bem material que dá lucro”, observou Irani. Bem diferente das terras dos pataxós da Bahia, observou Agnaldo,

vereador pelo PT no município de Pau Brasil.

“Na região de Porto Seguro, onde vive o meu povo, a terra tem de renascer, porque está toda destruída”, emendou Joel Braz, cacique pataxó de Aldeia Nova. A recuperação e a garantia da terra não depen-

dem de titulação, segundo Azelene, mas do reconhecimento dos direitos dos índios. Por isso as lideranças indígenas não têm essa reivindicação.

Eles também não exigem serem reconhecidos como nações, com territórios autônomos dentro de um Estado independente. Azelene acha que não adiantaria conceder esse status aos índios e não respeitar seus direitos. “Os americanos transformaram os territórios indígenas em nações, mas em seguida declararam guerra a eles, ganharam e tomaram tudo”, observou a líder kaingang. “Gosto de ser brasileira, quero continuar brasileira, sem território autônomo, mas com o devido respeito aos direitos de meu povo”, acrescentou.

**Autodeterminação** – As índias Luz Gladis Vila Pihue e Nely Marcos, das aldeias quechua e ashandinka, da Selva Central do Peru, são mais radicais. “Lutamos pela nossa autodeterminação e, assim, exigimos ser considerados povos e não populações”, anunciou Pihue, observando que existe uma boa diferença entre as duas coisas. “As populações indígenas são expulsas de suas terras, de acordo com os interesses de mineradoras e madeireiras, enquanto os povos conseguem ser respeitados.”

O ministro Tadeu Valadares, secretário do Departamento de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, afirmou ontem, em reunião da delegação brasileira, que os negros e os índios serão o destaque na pauta do Brasil durante a conferência.

## Brasil tem 500 representantes na conferência

**DURBAN** – O porta-voz do Ministério da Justiça, Nelson Penteadado, informou que apenas os membros da delegação oficial, de 53 pessoas, que participam da Conferência Mundial contra o Racismo viajaram com as despesas pagas pelo governo. Os outros delegados, que ontem já somavam 168, pagaram a viagem com dinheiro do próprio bolso ou foram enviados pelas instituições para as quais trabalham. A delegação é chefiada pelo ministro José Gregori e, em sua ausência, pelo embaixador Gilberto Sabóia.

Os delegados oficiais foram escolhidos pelas suas funções ou por serem estudiosos ligados aos temas em discussão. Somente eles participam das negociações, disse Penteadado, embora todos os outros membros da delegação também tenham acesso ao plenário e às salas de debate. Somando-se os militantes de ONGs, sindicatos, partidos e outras entidades, os brasileiros são cerca de 500 em Durban.

Integrantes da delegação oficial ou agregados à missão mais ampla, que também têm direito ao crachá de delegação, receberam de US\$ 200 a US\$ 300 de diária, além de passagens de ida e volta. Os vôos custam de R\$ 5.000 a R\$ 7.500. A invasão de mais de 17 mil pessoas provocou um caos em Durban, cidade de 1,2 milhão de habitantes que teria condições de abrigar apenas 6 mil hóspedes. (J.M.M.)